

Brasil consegue prazo maior para as linhas interbancárias

18 ABR 1988

JORNAL DO BRASIL

Protásio Nêne

BRASÍLIA — Os bancos credores da dívida externa brasileira aceitaram ampliar de um para dois anos e meio o prazo para as operações de crédito das chamadas linhas de curto prazo para o Brasil, destinadas ao financiamento das exportações e importações e liberações interbancárias. A decisão, juntamente com a reprogramação do pagamento dos juros, a definição do *carve-out* (reincidência sobre a dívida vencida da nova taxa de risco) e o acerto em relação ao *relending* (o reempréstimo, pelos bancos, dos valores depositados no Banco Central), praticamente encerra as negociações do acordo a médio prazo do governo com o Comitê Assessor dos Bancos Credores.

A informação foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao desembarcar em Brasília, após uma semana nos Estados Unidos. Segundo o ministro, resta agora apenas o acerto de questões técnicas e jurídicas. A parte financeira do acordo está fechada, o que justifica, na sua opinião, uma interrupção de uma semana nas negociações.

“É uma parada técnica” — definiu Mailson, explicando ainda que, nesse período, os bancos voltarão às suas bases para consultas. A conclusão do acordo depende basicamente da aprovação dos conselhos de administração das instituições.

Para o ministro da Fazenda tanto o alargamento do prazo das linhas de curto prazo como a reprodução do pagamento dos juros — que passa a ser semestral e não mais trimestral — são dois pontos em



Mailson: “parada técnica”

que o Brasil foi favorecido no acordo, sobretudo em função de uma economia extra de US\$ 600 milhões de dólares, para o país, este ano. Essa economia, inclusive, poderá ser abatida, parcialmente, no volume de recursos que será repassado para o refinanciamento dos

juros vencidos em 1987, 1989 e parte de 1990, que totalizam 5 bilhões 800 milhões de dólares, explicou Mailson. Já o *carve-out* vai abranger toda a dívida do setor de público vencida nos últimos 20 anos e a partir de 1988, com *spread* de 0,8125%.

FMI — Considerando bastante produtivas as conversas que manteve em Washington, durante a reunião do comitê e grupos do Fundo Monetário Internacional, o Ministro voltou a enfatizar a importância de se fechar um acordo com o Fundo, indispensável, segundo ele, não só para abrir as portas às negociações com as agências oficiais integrantes do Clube de Paris, mas também facilitar a obtenção de recursos do governo japonês.

Esse assunto, inclusive, será tema de um seminário a ser realizado esta semana no Japão, com representantes de bancos e dos governos do Japão e dos Estados Unidos, onde se discutirá a proposta do Secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, que é a de promover um aumento de empréstimos, pelos bancos privados, aos países endividados, de modo a facilitar o desenvolvimento de suas economias.

Mailson reafirmou que as medidas de contenção do déficit público, que foram adotadas pelo governo, e outras em fase de elaboração, não são pré-requisitos para os entendimentos externos. “Não queremos agradar ninguém no exterior. São programas de nossa inteira conveniência, em consequência de uma decisão nossa”, assegurou.